

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Os impactos para o mercado do projeto que endurece penas e reduz direitos - VISÃO DO DIREITO

..... 2

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Oposição vai comandar CPI das fraudes no INSS..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

Impacto de disputas contra autarquias e fundações federais atinge R\$ 682,4 bi e ultrapassa o tributário

..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma administrativa traz avanços e merece apoio (Editorial)..... 8

O GLOBO - RJ - RIO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ministério da Entrega - LEITORES..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Plataformas de cursos colocam à venda suas operações..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Mercado subestima sistematicamente emprego..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Atividade econômica da Argentina recua e pressiona governo Milei..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Poucos podem poupar no Brasil (Artigo)..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ativos locais têm dia de alívio; dólar cai 0,48%..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
SEGURIDADE SOCIAL

Impacto de ações contra fundações e autarquias é de R\$ 682 bilhões..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Rumo ao futuro - VISTO, LIDO E OUVIDO..... 19

A GAZETA - MT - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Arefloresta completa 22 anos (Artigo)..... 20

Os impactos para o mercado do projeto que endurece penas e reduz direitos - VISÃO DO DIREITO

Filipe Magliarelli

Filipe Magliarelli Sócio em direito penal e processual penal do Cescon Barriueu

As ciências criminais são estudadas há séculos, e o aumento das penas surge sempre como mote irresistível, à solução "milagrosa" ao aumento da criminalidade. Aumentar a pena de crimes é a ação imediata que, de um lado, permite ao Legislativo dar uma pronta resposta social quando se vê pressionado e, de outro lado, auferir ao cidadão médio uma (falsa) percepção de segurança.

No Brasil, vimos esse cenário com a edição da Lei dos Crimes Hediondos (8.072/1990), que previu sérias restrições aos acusados e condenados por crimes tidos por "graves" e a Lei de Tóxicos (11.343/2006), que trouxe previsões semelhantes. Décadas depois da égide dessas leis, tão aplaudidas à época de suas edições, muito pouco mudou no Brasil em termos de controle da criminalidade. Sinal de que o aumento de pena, em si, é uma simples falácia populista que nada agrega ao combate à criminalidade.

Com efeito, combater a criminalidade exige o devido fortalecimento das estruturas de persecução, melhor treinamento e aparelhamento de policiais e agentes públicos. Além disso, investimento em trabalho de base para que novos agentes não sejam recrutados ao crime - e, nesse ponto, a altíssima desigualdade social brasileira é nosso principal "calcanhar de Aquiles". Entretanto, quando a irracionalidade no trato da criminalidade parece ter atingido seu grau máximo de inelasticidade, o Projeto de Lei nº 2.646/2025 surge para quebrar todos os paradigmas. O PL propõe sensíveis alterações, por exemplo, ao Código Penal, ao Código de Processo Penal, à Lei de Execuções Penais, à Lei das Organizações Criminosas (12.850/2013) e à Lei dos Crimes Ambientais (9.605/1998). De autoria coletiva de deputados da oposição, o PL "dispõe sobre os crimes praticados por organizações criminosas no âmbito de grandes setores da economia e cria medidas de prevenção e repressão de condutas criminosas praticadas por organizações criminosas e para coibir práticas ilegais nos setores públicos e privado".

O leitor menos avisado poderá enxergar alguma nobreza na intenção do projeto, que se dedica a encrudescer penas e ceifar direitos fundamentais de acusados de integrar organizações criminosas.

Não nos esqueçamos, porém, de que investigações de esquemas fraudulentos e de corrupção envolvendo grupos empresariais trazem, como "combo" a suspeita de participação em organização criminosa. Foi assim no Mensalão, foi também na Lava-Jato e continua sendo nas esparsas grandes investigações de que ainda se tem notícia. Além disso, crimes ambientais são os únicos em nosso país que são imputáveis às pessoas jurídicas, tendo sido uma preocupação constante de empresas cujas atividades trazem alguma exposição ao meio ambiente.

Portanto, o PL n.º 2.646/2025 deve ser visto com muita ressalva por toda sociedade civil, pois para além de atingir a criminalidade "comum" abre um perigoso flanco para a criminalização e demonização de atividades empresariais.

Bastaria ler a justificação dada pelos propositores: "A presente proposição tem por objetivo combater a entrada do crime nos setores econômicos, coibir práticas ilegais em âmbito público e privado, garantir o justo funcionamento do mercado e a integridade da cadeia produtiva. Ademais, a proposição mira o combate às organizações criminosas que atuam nesse setor e também em outras searas de importância para o país" Em outro trecho, diz-se que: "O crime organizado tem se infiltrado de maneira alarmante em diversos setores da economia brasileira, utilizando estratégias sofisticadas para lavar dinheiro e expandir suas operações. (...). O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (...) imputa que as organizações criminosas 'ganham mais dinheiro com outras atividades do que só o tráfico de drogas!'. Constata-se que a proposição não mira apenas o traficante das "bocas de fumo" e a criminalidade armada. A percepção da "entrada do crime nos setores econômicos" também evidencia importantes setores da economia e seus respectivos representantes. Um exemplo disso é a previsão de pena de oito a 20 anos de reclusão para associação criminosa que impacte

"gravemente um ou mais setores econômicos em escala regional ou nacional" cenário perfeito para uma acusação de cartel.

Ocorre que o PL também traz um aumento vertiginoso de penas sem aparente critério e proporcionalidade, inclusive, para crimes sem violência e grave ameaça. A maioria dos novos patamares mínimos e máximos de pena exclui a possibilidade de acordos entre os acusados e o Ministério Público.

Assim, com base no texto, se três ou mais empresários se associarem para praticar delito que impacte "gravemente um ou mais setores econômicos em escala regional ou nacional" como cartel, fraude à licitação ou crimes contra o sistema financeiro ou mercado de capitais, poderão sofrer penas mais duras do que se houvessem praticado homicídio doloso (com intenção) em sua forma simples, que prevê pena de 6 a 20 anos.

Mas não é só. Acusados de integrar organização criminosa, logo no início do processo, deverão comprovar a origem lícita dos honorários pagos a seus advogados, sob pena de aumento de pena e, mais grave, da presunção de coautoria do advogado aos crimes imputados ao seu cliente. Esse, por certo, é o trecho mais absurdo do PL, com grave restrição ao direito à ampla defesa e ao contraditório, além de desrespeito sem precedentes à prerrogativa do advogado e aos princípios gerais de direito penal.

A proposta ainda equipara ao crime de poluição à conduta de descumprir programas de descarbonização ou não adquirir créditos de descarbonização por biocombustíveis. O crime de poluição, o qual é um dos mais problemáticos da Lei dos Crimes Ambientais por sua ampla vagueza e insegurança jurídica, ganha contornos ainda maiores de inconstitucionalidade com a proposição do PL.

Outro trecho polêmico é a previsão de suspensão, por 180 dias, da eficácia da inscrição no CNPJ das empresas que adquirirem, distribuírem, transportarem, importarem, venderem ou revenderem produtos que tenham sido objeto de sonegação fiscal. Imagine-se empresas que utilizam em sua produção produto importado que, após adquirido, tem seus **impostos** questionados pela **Receita Federal**, com repercussão penal.

Causaria uma cascata de responsabilização automática de empresas por sonegações fiscais praticadas por seus fornecedores, outra previsão de questionável constitucionalidade. Há, também, previsões específicas para os mercados de energia elétrica, petróleo e gás, mineração e agro, com aumento de pena de cinco a 10 anos para receptação,

armazenamento ou comercialização de produtos como gás, combustíveis, petróleo, produtos agrícolas, metais e cabos de energia elétrica que sejam produto do crime. Aqui, o termo produto do crime é amplo e pode significar não apenas objeto de furto e roubo, mas poderiam ser incluídos sem muito esforço produtos vendidos, transportados e armazenados em desconformidade com a lei ambiental, por exemplo.

O PL 2.646/2025 é mais um exemplo de medida populista e com potencial letalidade ao sistema de justiça criminal. Desta vez, porém, está mais perto da "Avenida Faria Lima" - em sua alusão simbólica como importante centro empresarial - como nunca houve outra lei penal no país.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/08/21/all.pdf>

Oposição vai comandar CPI das fraudes no INSS

O Congresso Nacional instalou ontem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) proposta para investigar o escândalo de descontos ilegais em aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Em uma reviravolta, a oposição conseguiu emplacar um candidato próprio e derrotar o senador Omar Aziz (PSD-AM), que presidiu a CPI da Covid, em 2021, e havia sido indicado para o cargo pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Com a escolha decidida no voto, o senador Carlos Viana (Podemos-MG) foi eleito presidente por 17 votos a 14.

Viana indicou o deputado federal bolsonarista Alfredo Gaspar (União Brasil-AL) para a relatoria.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-TO), havia escolhido Ricardo Ayres (Republicanos-TO), seu colega de partido.

Nos bastidores, a eleição foi vista não só como uma falha na articulação do governo, mas também como uma nova afronta da oposição à autoridade dos presidentes da Câmara e do Senado, que haviam acertado relator e presidente antes da instalação da CPMI, como é de praxe.

Após a decisão, Motta esteve no Palácio da Alvorada, residência oficial da presidência da República, e se reuniu com o presidente Lula (PT) por cerca de 20 minutos. Na sequência, a ministra Gleisi Hoffmann, das Relações Institucionais, responsável pela articulação política do governo, convocou os líderes da base no Congresso para uma reunião de última hora na sede da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) nesta quarta. Entre os presentes, estavam o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), líder do governo no Congresso, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), líder do PT na Câmara, e os deputados José Guimarães (PT-CE) e Rogério Correia (PT-MG).

"Existe um respeito à ordem natural das coisas, mas, enfim, houve a candidatura inesperada do senador [Viana]. O governo achou que seria só a instalação e aconteceu o que aconteceu", disse Ayres à reportagem ao sair da sala da CPMI.

"Ninguém imaginava que houvesse esse desrespeito à liturgia.

Mas na Casa tem acontecido muitas coisas semelhantes, como a ocupação do plenário. Sigo como membro, vou continuar fazendo o meu trabalho, defendendo o que eu defendo e bola pra frente."

Festa

A vitória de Viana foi festejada por bolsonaristas. Deputados atribuíram a reviravolta a uma articulação feita nas últimas 24 horas pelo líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ).

"Esse trabalho foi de ontem para hoje e quero agradecer também o grande articulador, nosso deputado líder do PL, Sóstenes", disse o deputado coronel Chrisóstomo (PL-RO), aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Alfredo Gaspar disse ter sido pego de surpresa com a indicação.

Ele contou que foi procurado pela manhã por Sóstenes, pelo líder do União na Câmara, Pedro Lucas Fernandes (MA), e pelo copresidente da federação União Brasil e Progressistas, Antônio Rueda - partidos que têm juntos quatro ministérios no governo Lula, além da presidência da Caixa Econômica Federal.

"Hoje fui tomado pela surpresa quando fui chamado dizendo que meu nome, caso o senador Viana fosse eleito presidente, iria ser colocado como relator", afirmou após a indicação, exaltando também a trajetória como promotor de Justiça e secretário de segurança pública de Alagoas.

Culpa do governo

Nesta terça-feira, Gaspar publicou um texto nas redes sociais em que atribuía as fraudes no **INSS** ao governo Lula e prometia, como membro da CPMI, lutar pela responsabilização dos culpados.

Após a derrota, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), deixou a sala da CPMI e foi ao gabinete do presidente da Câmara. Randolfe atribuiu a derrota à ausência de nomes da base, como o deputado federal Rafael Brito (MDB-AL), que está em missão oficial.

Aziz, por sua vez, reclamou que a votação foi encerrada rapidamente, antes que parte dos membros pudesse votar. A senadora Tereza Cristina (PP-AL), que presidia a sessão por ser a parlamentar mais velha do grupo, negou que tivesse favorecido a oposição.

Pelas regras internas, a votação pode ser encerrada com o voto da maioria absoluta dos membros (9 senadores e 9 deputados, no caso da CPMI do **INSS**). O placar foi anunciado quando 16 senadores e 15 deputados federais já haviam votado.

Com as investigações já avançadas da Polícia Federal e da Controladoria- Geral da União (CGU) sobre as fraudes no **INSS**, além do pagamento a parte das vítimas, a CPMI deve ampliar a apuração para empréstimos consignados a aposentados.

Irmão de Lula

Para desgastar o governo, a expectativa da oposição é avançar sobre José Ferreira da Silva, o Frei Chico, irmão do presidente Lula e vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindinapi), uma das entidades colocadas sob suspeita.

"Quem está aqui é um presidente que quer esclarecer o que aconteceu, pedir a punição dos culpados e, principalmente, gerar novos projetos e políticas que não permitam a repetição de um momento tão vergonhoso para o Brasil", disse Viana após a vitória.

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF), ex-ministra da Mulher no governo Bolsonaro, havia sido escolhida por Aziz para ser vice-presidente, mas Viana afirmou que a vaga (que cabe a um senador) será definida até a próxima sessão.

A CPI tem inicialmente até 180 dias para concluir a investigação.

O prazo pode ser prorrogado, mas a expectativa é que a comissão seja encerrada até o fim deste ano (Da Folhapress).

SAIBA MAIS

» A CPMI do **INSS** é formada por 32 titulares, sendo 16 senadores e 16 deputados.

» Entre os integrantes estão os líderes de algumas das maiores bancadas, como os líderes no Senado do PT, Rogério Carvalho; do MDB, Eduardo Braga; do PP, Tereza Cristina, além de Omar Aziz, que comanda o PSD.

» Também há outros nomes influentes no colegiado, como Renan Calheiros (MDB-AL) e o ex-ministro Paulo Pimenta. (PT-RS).

» Internamente, parlamentares consideram que o reforço da composição reflete a preocupação com a repercussão e a exploração política dos trabalhos da comissão.

Site:

https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasilia/?_gl=1*1ugrzal*_ga*MTk1Njg5MDczMi4xNzU0ODYyMTA5*_ga_L3L0ERE8KX*czE3NTU3NjI2NTQkbzZgkZzAkdDE3NTU3NjI2NTQkajYwJGwwJGgxODc0ODczMTI0

Impacto de disputas contra autarquias e fundações federais atinge R\$ 682,4 bi e ultrapassa o tributário

Beatriz Olivon

O impacto estimado pela União para as ações contra fundações e autarquias, como o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), ultrapassou, pela primeira vez, o previsto para as discussões tributárias. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, estão previstos R\$ 682,4 bilhões, incluindo o julgamento de R\$ 89 bilhões, sobre aplicação de fator previdenciário, que o governo venceu nesta semana no Supremo Tribunal Federal (STF) - valor que foi atualizado pela Advocacia-Geral da União (AGU) para R\$ 130 bilhões, seguindo despacho do Ministério da **Previdência Social**. Ainda cabe recurso nessa discussão.

Já a estimativa de impacto para as ações judiciais de natureza tributária, em tramitação no STF ou no Superior Tribunal de Justiça (STJ), está em R\$ 649,2 bilhões. O caso mais valioso discute a exigência de lei complementar para a cobrança de PIS e Cofins sobre importação. Está avaliado em R\$ 325 bilhões.

O valor inferior ao do maior caso listado na relação de ações contra autarquias e fundações, que concentra basicamente questões previdenciárias. Ele está estimado em R\$ 419,4 bilhões e discute se auxílio-alimentação, pago em espécie e com habitualidade, por meio de vale-alimentação ou na forma de tíquetes, tem natureza salarial e integra o salário de contribuição para fins previdenciários - o que pode elevar os valores de benefícios.

Uma hipótese para essa inversão, afirma Lana Borges, sócia da área tributária do Bermudes Advogados e ex-procuradora da Fazenda Nacional, é a quantidade de repercussões gerais julgadas pelo STF, definindo temas, especialmente os tributários, e vinculando as instâncias inferiores. De acordo com ela, pelos dados do Supremo, mais de 260 questões tributárias foram analisadas pelos ministros, enquanto na área previdenciária, pouco mais de 30.

"Pode ter ocorrido uma maior estabilização do quantitativo de julgamentos tributários pelo Supremo nos últimos anos e talvez o mesmo não tenha acontecido com as matérias previdenciárias", diz. A advogada destaca, porém, que as temáticas

previdenciárias, embora possam discutir volumes menores de dinheiro, atingem um número muito maior de envolvidos.

Em nota ao Valor, a Advocacia-Geral da União confirma esse cenário. Segundo o órgão, "o fato de os valores dos riscos possíveis de processos contra as autarquias e fundações terem ultrapassado os das ações tributárias se deve ao fato destas últimas terem sofrido grande decréscimo de 2023 para 2024, de R\$ 729,9 bilhões para R\$649,2 bilhões".

O ex-procurador geral da Fazenda Ricardo Soriano, sócio do Figueiredo e Velloso Advogados, destaca outro ponto. Ele afirma que nos últimos dez anos houve uma evolução expressiva no levantamento de dados das autarquias e fundações federais e cita duas explicações para esse novo cenário: "Passaram a calcular melhor as possíveis perdas, tornando a projeção mais precisa, e alguns grandes assuntos, de muito impacto financeiro, passaram a ter expectativa de perda. A tese da revisão da vida toda é um exemplo", diz.

A discussão foi uma das mais relevantes para a União pelo impacto bilionário. O governo federal estimava um custo potencial de R\$ 480 bilhões, conforme a LDO de 2024, se a revisão da vida toda fosse aceita pelo STF, o que não ocorreu, após uma reviravolta no julgamento.

A solução de disputas sobre PIS e Cofins - como a chamada "tese do século" -, depois de muitos anos de tramitação, pode ser uma explicação para essa inversão, segundo Tiago Sbardclotto, auditor licenciado da Secretaria do Tesouro Nacional que atua como economista da XP investimentos. Muitos temas tributários chegaram a quase 20 anos de discussão e o amadurecimento deles levou a decisões, segundo o economista.

"Há também uma visão de que o Judiciário passou a olhar mais para o tributário recentemente por pressão do governo em resolver os riscos fiscais e pelo amadurecimento dos temas", afirma ele, acrescentando que, ao mesmo tempo, há um aumento nas ações relacionadas à **Previdência Social**.

Ele cita como motivos questões ligadas à reforma trabalhista de 2017 e da **Previdência Social** de 2019, que são mais recentes para questionamento do que as disputas tributárias. Mas, para o economista essa inversão não deve se manter, tendo em vista que a **reforma tributária** poderá trazer um novo estoque de ações tributárias a partir do próximo ano.

Segundo Tathiane Piscitelli, professora da FGV Direito SP, uma possibilidade é que as ações tributárias seguiram o mesmo ritmo e os casos envolvendo autarquias e fundações aumentaram de forma mais acelerada. Além disso, acrescenta, em um único tema previdenciário, há impacto para os cofres públicos que ultrapassa R\$400 bilhões.

"É uma tragédia anunciada", afirma o advogado Caio Taniguchi, sócio no TozziniFreire Advogados especialista na tributação das relações do trabalho. Ele lembra que o **INSS** é o principal litigante do país em quantidade de ações. "Só faltava o que aconteceu agora, que era a superação do valor estimado com o custo dessas ações judiciais." Em julgamentos previdenciários, acrescenta ele, mesmo envolvendo cobranças dirigidas a empresas, a sociedade costuma olhar as decisões como algo que busca melhorar os benefícios ou proteger mais pessoas, sem, porém, pensar no impacto.

Sobre a tese a respeito da natureza salarial do auxílio-alimentação, Taniguchi diz que é um caso típico de discussão previdenciária que, quando levada aos tribunais superiores, gera debates sobre impacto para as empresas, e não para a **Previdência Social**. O tema vem de entendimento da Turma Nacional de Uniformização (TNU) da Justiça Federal, de que o benefício possui natureza salarial em algumas situações, possibilitando pedidos de revisão de aposentadorias ao **INSS**.

Pelo entendimento da TNU, até 10 de novembro de 2017, os auxílios-alimentação pagos em espécie e com habitualidade, ou por meio de vale-alimentação, tíquete ou equivalente, possuem natureza salarial e poderão integrar a aposentadoria. A partir do dia seguinte, somente os auxílios-alimentação pagos em dinheiro possuem natureza salarial e poderão afetar o valor dos benefícios previdenciários. A data considera a vigência da reforma trabalhista. O julgamento da questão está marcado para ser iniciado, no Plenário Virtual, amanhã (RE 1413882).

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Reforma administrativa traz avanços e merece apoio (Editorial)

O Estado brasileiro tem uma folha de salários que rivaliza com a de países desenvolvidos. Não é que haja funcionários demais, mas há enorme disparidade de remuneração dos servidores do Estado em um país que já é dos mais desiguais do mundo. A qualidade de serviços básicos vitais, como educação, saúde e segurança, é muito ruim, com carência de pessoal e baixa remuneração no atendimento direto à população e folga de pessoal em cargos de gabinete bem remunerados. Há décadas se tenta realizar uma reforma administrativa que dê racionalidade, economicidade e produtividade à máquina do Estado, sem sucesso. Agora há uma nova chance, que não deveria ser desperdiçada, com o projeto com relatoria a cargo do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ). Ele contém várias das boas ideias, consolidadas nos debates ao longo do tempo, sobre como melhorar a gestão do Estado.

União, Estados e municípios tornaram-se uma Babel de carreiras dificilmente administrável. Apenas no Executivo existem 309 delas, como apontaram o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, Carlos Sundfeld e Ana Carla Abrão em estudo propondo a reforma do RH do Estado. Gestão e governança são um dos quatro eixos das propostas do relator. Elas organizam a entrada no serviço público, por meio de um concurso nacional unificado que deveria abranger Estados e municípios. Além de suprir carências de recursos para seleção destinada a entes federativos pobres, estabelece um necessário nível mínimo de capacitação compatível com as exigências da máquina pública.

Os salários da administração pública não têm relação com a função. Um auxiliar administrativo pode receber R\$ 12,3 mil no Inca e R\$ 21,3 mil nas agências reguladoras. Há carreiras em que a remuneração inicial é alta, a pouca distância de seu teto. A ideia do relator é enxugar carreiras e unificar salários em um prazo de dez anos. Os salários iniciais serão a metade dos do topo da carreira, com vários níveis de progressão, a serem atingidos por avaliação de desempenho.

É algo corriqueiro no setor privado, mas a avaliação de desempenho, com critérios técnicos e transparentes, seria quase uma revolução no setor público brasileiro. Ela existe, mas seus resultados são irrelevantes, porque feita pro forma, para cumprir exigências

burocráticas. Em boa parte das funções do Estado o critério informal é o do tempo na função, ultrapassado, mas que desperta até hoje saudades em algumas carreiras, que recebiam aumentos por quinquênio, pela simples permanência no serviço. São perenes as tentativas de

ressuscitá-lo, em especial no Judiciário.

A avaliação de desempenho, além de permitir promoções por mérito, tornará possível a demissão por aproveitamento reiteradamente insatisfatório. Segundo Pedro Paulo, o objetivo da reforma não é o enxugamento de pessoal ou o fim da estabilidade, mas a Constituição arrola demissão por desempenho insatisfatório. Seu projeto pretende disciplinar também o uso de temporários em todos os níveis da administração, limitando os contratos a 5 anos, com uma quarentena de 12 meses para a recontração e a formação de um banco de funcionários para atender eventuais necessidades de Estados e municípios. Com isso pretende dar regras a empregos necessários que durante um bom tempo foram usados para fugir aos limites de gastos com pessoal fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Uma proposta importante, e polêmica por mexer na autonomia dos municípios, estabelece limites para o número de secretarias das prefeituras e vereadores das cidades em que mais de 50% de seus recursos não sejam próprios, mas provenientes de repasses. Não são incomuns os casos de prefeituras em que a arrecadação é suficiente apenas para pagar salários de funcionários e os da Câmara Municipal.

A reforma administrativa não mira economia de recursos, mas é óbvio que ela pode poupar bilhões de reais aos cofres públicos. A proposta coíbe os supersalários ao procurar fechar dezenas de brechas pelas quais se infiltram pretensas verbas indenizatórias, que fazem as remunerações ultrapassar bastante o teto do funcionalismo e escapar do Imposto de Renda. Projeto da Câmara não votado, por exemplo, pretendia "limitar" as indenizações a nada menos de 30 casos. As indenizações terão de ser aprovadas em lei, com comprovação de seu caráter "temporário e não repetitivo", diz Pedro Paulo. A proposta põe fim às férias de 60 dias de juizes e magistrados, em muitos casos não gozadas e transformadas em remuneração.

Há enormes obstáculos à aprovação da reforma e o mais conhecido é o poderoso lobby dos **servidores públicos**, em especial os do Judiciário. Além disso, temas polêmicos como esse já estarão tramitando em um ano eleitoral, com Legislativo e Executivo pouco dispostos a desagradar a setores do eleitorado. O governo Lula deveria colocar empenho em sua aprovação, retirando o estigma de que a reforma pretende punir os funcionários públicos, quando na verdade ela pode levará melhoria de salários, menos injustiça nas remunerações, valorização dos servidores e, seu objetivo último, melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população brasileira.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188304>

Ministério da Entrega - LEITORES

Que tipo de cidadãos são esses que autorizam um avião espião dos EUA a pousar em Porto Alegre e depois em São Paulo como se o Brasil não estivesse sendo objeto de uma agressão injustificada de Washington com o seu tarifaço e outras absurdas sanções? Querem facilitar uma invasão? Trata-se de ação do Ministério da Defesa ou do Ministério da Entrega? São patrioteiros covardes ou somos afinal brasileiros dignos e briosos de nossa independência e soberania? Dom Pedro I e José Bonifácio estariam corados de vergonha! Basta de submissão!

RAUL CAMPOS RIO

Pousou em Porto Alegre um avião sinistro com a bandeira dos Estados Unidos, espécie de Arca de Noé disfarçada, dos tempos modernos, pintado de branco, em cujo interior havia um bando de pessoas, segundo foi dito, diplomatas (?). O que vieram fazer no Brasil, numa hora dessas, justo no momento em que paira uma forte tensão na relação entre os dois países? Ninguém sabe ao certo quais motivos os trouxeram aqui. Provavelmente para o desempenho de uma missão secreta. Com que finalidade?

MARCELO CORREIA LIMA RIO

Filme repetido Em 20 de março de 2003, forças dos EUA invadiram o Iraque e derrubaram Saddam Hussein. A justificativa era a existência de armas de destruição em massa, mas tais armas nunca foram encontradas, revelando contradições e interesses ligados ao petróleo e à influência regional. Hoje, um movimento semelhante ocorre na América Latina. Os EUA enviaram navios de guerra para perto das águas da Venezuela, alegando que Nicolás Maduro seria um narcotraficante e ameaça à segurança nacional. Pode-se até não gostar de Maduro, mas classificá-lo assim é um salto muito grande. Pelo histórico de Washington, esse é um filme repetido: intervir militarmente sob pretextos questionáveis, visando a recursos energéticos.

MARCUS AURÉLIO DE CARVALHO SANTOS. SP

Guerra é guerra "Decisão de Dino causa desvalorização dos bancos". Guerra Ucrânia x Rússia, também; Israel x palestinos, idem... São situações desestabilizadoras que inevitavelmente trazem anormalidade e prejuízos. Só que nossa desestabilização é resultado das ações do Trump e não da decisão de Flávio Dino (STF) visando resguardar nossa soberania. Quem preferir usar o

chapéu do Maga que vá para Miami. Guerra é guerra.

CÂNDIDO ESPINHEIRA FILHO RECIFE. PE

Pix, pátria e soberania Quando o governo resolveu acompanhar os pagamentos com Pix da população, visando pegar sonegadores de impostos, inclusive dinheiro de corrupção, bolsonaristas e até um deputado federal por Minas foram às redes sociais, via maciça campanha com fake news, dizendo que o projeto em gestação visava taxar essa forma de pagamentos. Hoje, Trump critica o Pix e quer derrubá-lo, pois diz fazer concorrência desleal com os cartões de débito e crédito baseados nos EUA, não vemos uma manifestação dessa tropa em defesa do Pix. Será ignorância, pouca inteligência ou política de baixo nível? Soberania sempre, subserviência nunca.

ANTONIO JORGE A. DE MOURA RIO

Donald Trump cismou que o nosso Pix estaria fazendo concorrência desleal aos cartões americanos e, por causa disso, está aplicando penalidades ao nosso país. Ele poderia aproveitar que o Bananinha está nos Estados Unidos e pedir explicações a ele, já que o pai se intitula o responsável pela implantação do Pix no Brasil.

FLÁVIO COUTINHO RIO

Percam os anéis Fulano matou um gari e foi fazer ginástica. Preso em flagrante, deverá passar anos na cadeia. Eduardo Bolsonaro incendiou o país para tirar o pai bandido da cadeia, causou prejuízos bilionários a todos os setores da economia, levará empresas à falência. No entanto, está solto, continua no cargo de deputado federal, recebendo o salário e o dinheiro da rachadinha dos assessores.

A situação que o país atravessa pede um pouco de atenção e respeito. Os parlamentares deveriam enxergar o proverbial momento de perder os anéis para salvar os dedos e cassar o mandato do traidor da pátria Eduardo Bolsonaro, o mínimo do mínimo que se espera, sem protelações no tal Conselho de Ética MÁRIO BARILÁ FILHO SAO PAULO. SP

De regurgitar Foi de dar engulhos, ânsia de vômito, ver dois brasileiros posando ao lado do secretário do Tesouro norte-americano, como que a comemorar o cancelamento de uma reunião entre representantes dos governos dos Estados Unidos e do Brasil. A legislação brasileira não prevê a cassação da

cidadania em casos como esse, mas sem dúvida ela seria mais que merecida.

ROBERTO DUFRAYER RIO

Tumor voraz A família Bolsonaro, em especial o Eduardo, é um câncer que está correndo o país e, como tal, deve ser imediatamente extirpado da vida pública.

DANIEL PEREIRA DAVID FILHO RIO

Adultizar marmanjos Tão urgente quanto o projeto sobre combater a adultização de crianças e adolescentes é o projeto de "adultização" dos parlamentares do Congresso, acabando com as atitudes tipo 5a série dos seus componentes.

VITAL ROMANELI PENHA JACAREÍ.SP

Desintoxicação digital Concordo plenamente com o artigo de Pedro Pacífico ("Uma dose de tédio, por favor", 20 de agosto). Muitas pessoas não usam o celular, são usadas por ele. É um vício. Claro que tecnologia é importante, mas tudo em excesso faz mal. Desintoxicação digital urgente se faz necessária para muitas pessoas, como, por exemplo, em lugares como cinemas e teatros, posto que o individualismo exacerbado está produzindo cenas vexaminosas de puro egoísmo e descaso pelas outras pessoas. Vamos parar com a infodemia e reintroduzir o tédio! Olhar para o teto e ficar sozinho com os próprios pensamentos é benéfico!

CARLOS ARTHUR ORTENBLAD JR.

RIO O filho e a flor Quando ganhei de uma tia "O pequeno príncipe", o livro veio com a informação: "não é livro de criança, com o tempo você vai perceber". São as experiências dessa natureza que marcam nossas vidas. Eu tinha 8 ou 9 anos, não mais. Até hoje me lembro da frase de minha tia paterna. Sim. "O pequeno príncipe" é um livro para ser processado. Seu autor, o piloto francês dos correios Saint-Éxupéry, um homem de sensibilidade especial. Mais tarde li outros livros dele: "Vol de nuit", "Courier Sud"... Mas a obra icônica é "O pequeno príncipe". Até livro de miss foi! Nesta terça-feira, em pequena reportagem no pé de página do Segundo Caderno, volta essa obra a me chamar a atenção. Tornou-se também sentença de uma juíza argentina para um pai, ausente em suas obrigações de pensão alimentícia: "Leia 'O pequeno príncipe' para aprender o que é solidariedade e empatia!" E mais: deverá voltar para mostrar o que aprendeu. Nosso mundo, vastíssimo mundo, sempre em busca de soluções, felizmente ainda é capaz de algumas surpresas. A sensibilidade da juíza é um alento de delicadeza. A grande lição do pequeno

príncipe é: você se torna eternamente responsável pelo que cativa! Que simples e bela lembrança. E que lição nos deu a magistrada argentina!

MARIA INÉS ESCOSTEGUY CARNEIRO RIO

Como será o amanhã Um ladrão com 21 anos foi preso pela 87a vez no dia 17 de agosto. No dia 24, ele havia deixado a cadeia. Ao determinar a soltura, o meritíssimo juiz declarou que: "não se pode presumir que os acusados retornem a delinquir, posto que, no Estado democrático de Direito, não há espaço para exercício de futurologia". Certamente ele vai se regenerar, vai voltar a estudar, fazer uma faculdade de Direito e será aprovado em concurso público para juiz de Direito (estou exercitando futurologia). ARNALDO DOS SANTOS SILVA JR.

RIO

Ziguezagueando Haverá um dia que o torcedor que sai da estação Maracanã em direção ao estádio não vai mais conseguir chegar pela rampa que dá acesso ao mesmo. É inacreditável a quantidade de vendedores que tomam conta do espaço, atravessando barracas de comida e isopores de bebida, além de outros itens, restringindo quase que totalmente a passagem das pessoas. Um absurdo e que na terça-feira ainda teve a contribuição de uma viatura da PM que igualmente estacionou na referida rampa, deixando um pequeno espaço para os torcedores passarem. É óbvio que nada será feito. Nada mesmo, já que o que vale nesta cidade totalmente abandonada é a lei da desordem.

PAULO FERNANDO CRUZ RIO

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Plataformas de cursos colocam à venda suas operações

Beth Koike e Fernanda Guimarães De São Pau lo

As plataformas de cursos não regulados Alura (de tecnologia), Gran e Estratégia Concurso (para concursos públicos e OAB) contrataram assessores financeiros para vender a operação e analisar oportunidades de mercado. A Sanar, de educação médica, planeja uma nova captação, mas não descarta se desfazer do controle, segundo o Valor apurou. Em comum, essas quatro empresas receberam aportes de gestoras de private equity (que compram empresas), nos últimos cinco anos.

Além desse prazo, em que muitos fundos começam a se desfazer de seus ativos, o movimento ocorre num momento em que esse mercado passa por uma profunda transformação no modelo de monetização devido ao "boom" dos influenciadores. Eles têm seus próprios canais com oferta de conteúdo de cursos de forma gratuita em troca de patrocínios, remuneração via plataformas ou apenas uma parte do curso paga.

No caso da Alura, plataforma de cursos on-line de tecnologia que pertence à gestora Crescera (ex-Bozano), o UBS BB foi contratado para estruturar sua venda, apurou o Valor. A venda seria de uma posição majoritária. Uma fonte próxima à companhia disse que a empresa tem Ebitda (lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização) de US\$ 300 milhões e uma receita de US\$ 600 milhões. O Grupo Alun, formado pela Alura e suas unidades de negócios, informou que "não comenta rumores ou especulações de mercado."

Ainda segundo fontes, o UBS BB também está assessorando a Estratégia Concurso, empresa de cursos on-line para concursos públicos controlada pela Axxon. A gestora já aportou R\$ 170 milhões na empresa e as negociações envolvem a sua fatia, podendo chegar à totalidade da empresa.

A Gran, que tem uma área de cursos para concursos públicos e uma faculdade, contratou o Rothschild. A startup recebeu um aporte de R\$ 105 milhões de um fundo de impacto do BTG em 2021. Gabriel Granjeiro, um dos fundadores da Gran, confirmou que está trabalhando com a Rothschild para que a assessoria financeira analise o mercado, uma vez que o fundo do BTG tem prazo de saída. "Não temos pressa, acho que neste ano não devemos colocar um processo no

mercado. A empresa está bem, nosso Ebitda dobrou e a receita cresceu entre 25% e 30% em 2024", disse Granjeiro. Sua meta é alcançar receita de R\$ 550 milhões neste ano.

Também na rua estaria a Sanar, plataforma de especialização médica, disseram fontes ao Valor. O Itaú BBA foi contratado e o negócio pode envolver uma nova rodada de captação, mas uma fonte destaca que uma venda de controle não estava descartada. A Sanar informou que, "sobre rodada ou assuntos semelhantes, não costuma comentar rumores."

Essas quatro empresas receberam mais de R\$ 500 milhões de investimentos dos fundos, entre 2020 e 2022. Foi um período em que a taxa de juros era atraente e havia um rigoroso isolamento, que obrigou alunos a estudarem de forma remota.

"Em pouco tempo, nesses anos pós-pandemia, o mercado de cursos digitais mudou muito e continua mudando de forma acelerada. A forma de consumir conteúdo hoje é outra. Os influencers e o TikTok trouxeram uma outra dinâmica de monetização. É um desafio para os grupos tradicionais", disse Paulo Presse, consultor da Hoper Educação.

Ainda segundo fontes, essas plataformas podem ser negociadas por grupos de ensino. A Afya tem um braço de cursos complementares de saúde. A Yduqs é dona de QConcurso, Damásio e Hardvork, preparatório para residência médica. A Cognia tem uma plataforma chamada Voomp, de cursos livres e que os criadores podem apresentar seus cursos.

Segundo Virgílio Gibbon, presidente da Afya, ter a figura dessas celebridades tomou-se fundamental para atrair alunos. "Nos nossos cursos, os "influencers" são médicos referências em suas áreas, não é qualquer celebridade, mas precisa ter essa figura", disse.

Procuradas, a Estratégia Concurso e a Axxon não retornaram.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250821>

Mercado subestima sistematicamente emprego

Resultados persistentemente melhores do que o esperado no mercado de trabalho brasileiro mostram que as projeções dos economistas tendem a subestimar a resiliência e a adaptabilidade do emprego diante de grandes mudanças. É o que apontam os índices de Surpresa do Mercado de Trabalho da 4intelligence.

A taxa de desemprego do Brasil tem ficado abaixo do esperado pelos analistas ao menos desde o fim de 2019, segundo índice da consultoria. O ápice da surpresa foi no segundo trimestre de 2022 e tem desacelerado, mas o comportamento segue consistentemente mais positivo do que o previsto.

Nos últimos 12 meses, o mercado subestimou a taxa de desocupação em cerca de 0,8 ponto percentual (p.p.), segundo o economista Bruno Imaizumi, da 4intelligence. "Por mais que a gente tenha conseguido diminuir essa diferença de 2022 para cá, ainda é um número que assusta. Os índices são

importantes para conseguirmos ajustar nossas previsões", afirma.

O índice de surpresa da 4intelligence para o desemprego foi construído a partir da diferença entre uma média das medianas de duas pesquisas de mercado e a taxa de desocupação da Pnad Contínua, do IBGE, de fato observada para o período. Indicador similar foi elaborado para a surpresa com a criação de empregos com carteira, a partir de dados do Caged, registro do governo federal. Na média móvel de 12 meses até junho, houve surpresa de 1.600 vagas.

O descompasso entre as previsões dos economistas e os dados divulgados é resultado de uma combinação de fatores.

Segundo Imaizumi, há um "viés de ancoragem", em que analistas frequentemente incorrem, ajustando suas expectativas de maneira conservadora a partir de números passados. Além disso, eles tendem a superestimar a precisão de seus modelos, reagindo de forma lenta a sinais de mudança estrutural ou choques. "Isso cria um ambiente no qual as revisões das esti-

mativas ocorrem de modo incremental, deixando as projeções sempre atrás da realidade quando há

surpresas positivas no emprego e na renda", diz Imaizumi.

Um segundo ponto tem relação com as projeções de atividade, em especial do Produto Interno Bruto (**PIB**). Imaizumi nota que as últimas projeções do Focus (pesquisa do Banco Central com o mercado) para o **PIB** de cada ano também acabam sistematicamente aquém da realidade registrada pelo IBGE, com a diferença entre o **PIB** realizado e o previsto em território positivo em 20 dos 24 anos completos do século XXI. "Quando o **PIB** é subestimado, inevitavelmente as expectativas acerca da geração de empregos formais e da redução do desemprego também ficam aquém dos resultados efetivos."

O terceiro ponto diz respeito às transferências do governo desde a pandemia, cuja real dimensão de impacto só foi compreendida tardiamente, e ao aumento expressivo de irregularidades no Cadastro Único desde 2022, que alterou a relação entre renda transferida,

formalização e busca de trabalho, aponta Imaizumi.

A ampliação de gastos públicos em geral desde 2022, inclusive, tem sido crucial para deixar a renda disponível das famílias em patamar elevado, impulsionando o consumo e a demanda em setores de alta intensidade de mão de obra, diz Imaizumi. O timing da criação e efetivação desses gastos e a defasagem entre a liberação dos recursos, a entrada real nos domicílios e o consumo efetivo, no entanto, afetam a calibragem das projeções, aponta o economista.

Há ainda questões metodológicas que atrapalham, como a introdução do Novo Caged em 2020 e a queda na taxa de resposta da Pnad. Por fim, a expansão da "gig economy", com muitos autônomos e uso de plataformas digitais, as mudanças de estrutura e relações de trabalho aceleradas pela pandemia e a demografia brasileira são fatores que influenciaram a resiliência do empregos no país, segundo Imaizumi, tornando a tarefa de prever o seu comportamento mais desafiadora.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188304>

Atividade econômica da Argentina recua e pressiona governo Milei

A atividade econômica da Argentina encolheu em junho pelo quarto mês deste ano, com uma queda de 0,7% em relação a maio, segundo dados oficiais divulgados ontem. Em meio ao cenário negativo, especialistas alertam para níveis mais fracos de atividade nos próximos meses, pressionando o governo do presidente Javier Milei.

"Esse dado demonstra que a economia argentina hoje está estagnada", diz Juan Pablo Ronderos, sócio da consultoria MAP. "Isso se deve a vários fatores: muitos setores haviam se recuperado, mas agora já alcançaram um nível semelhante ao de antes da posse deste governo e hoje estão encontrando limitações para recuperação."

O quadro deve se agravar nos próximos meses com as medidas do governo para reduzir a circu-

lação de títulos em julho, que dispararam as taxas de juros e derrubaram o peso em 12%.

"Acho que teremos um agosto, setembro e outubro fracos em termos de atividade econômica, e isso fará com que o crescimento de 5% que esperávamos para este ano seja mais um teto do que um piso", completa Ronderos.

O dado mensal foi acompanhado por um crescimento de 6,4% na comparação com o mesmo mês do ano passado, com destaque para o crescimento do setor de "intermediação financeira (28,7%)" e "comércio atacadista, varejista e reparação (11,5%)".

O governo também divulgou que a balança comercial registrou superávit de US\$ 988 milhões em julho, o melhor resultado do ano, mas uma redução de US\$ 470 milhões em comparação ao mesmo período de 2024.

Ao todo, as exportações subi-

ram 7,5% (US\$ 7,72 bilhões), enquanto as importações avançaram 17,7% (US\$6,73 bilhões).

"O resultado é muito inflacionado pela liquidação extraordinária do setor agropecuário, por questões de incentivos das retenções e afins", diz Ronderos. "Portanto, eu consideraria o dado como algo fora da tendência, e precisaríamos ver como ele se comporta

daqui para frente para avaliar se a deterioração do saldo comercial continuará -eu acredito que sim. "

Os resultados acendem um alerta para o governo Milei, que enfrenta pressão às vésperas das eleições legislativas de outubro. Embora seu plano econômico tenha conseguido reduzir a **inflação**, os salários reais voltaram ao terreno negativo, o desemprego no 1^o trimestre atingiu o nível mais alto em quase quatro anos e os indicadores mais recentes apontam para uma retração no consumo.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188304>

Poucos podem poupar no Brasil (Artigo)

Em um artigo escrito para o Valor em 13 de agosto de 2025, "Poucos precisam poupar no Brasil", o professor Nilson Teixeira, ainda que em um artigo no qual concordamos em vários pontos, infelizmente ajuda a perpetuar algumas visões equivocadas sobre o efeito de políticas de seguridade social na taxa de poupança geral da economia que precisamos que sejam desmitificadas.

Realmente, é um fato já bastante debatido que o Brasil poupa muito pouco em comparação a outros países em desenvolvimento, e que essa característica de nossa economia pode ajudar a explicar a incapacidade do país de manter uma taxa de crescimento do PIB que seja consistente com um movimento de "catching-up" em relação às economias desenvolvidas.

A ideia de que essa taxa de poupança baixa seria consequência de um Estado que provê seguros demasiados para a população, gerando assim uma substituição da poupança precaucional privada, entretanto, não é coerente com os fatos empíricos disponíveis, tanto na comparação histórica quanto internacional, tampouco é compatível com algumas características importantes da economia brasileira.

Na comparação temporal, vemos que a baixa taxa de poupança é uma característica da economia brasileira desde o início das séries históricas sobre o tema, e que em muito precede o surgimento de um (ainda incipiente) Estado de bem-estar social no Brasil. Assim, tanto a entrada em vigor do Benefício de Prestação Continuada (BPC), em 1996, como a instituição do Programa Bolsa Família (PBF), em

2003, ambos programas citados no artigo, surgem já em um cenário de perene (e precedente) baixa taxa de poupança bruta da economia. É dessa forma difícil argumentar que essas políticas sociais poderiam ser (mesmo que parcialmente) responsáveis por tal mazela brasileira.

A hipótese de um Estado provedor também não sobrevive à comparação internacional. Países conhecidos por proverem ampla proteção social, como a Noruega e a Dinamarca, nos quais o cidadão médio paga quase metade da sua renda em impostos e que oferecem até dois anos inteiros de seguro-desemprego (outro programa citado), ambos têm taxas de poupança acima de 30% do PIB. Por outro lado, os Estados Unidos, que entre os países do mesmo nível de desenvolvimento têm um dos mais débeis sistemas de proteção social, amarga uma taxa de poupança

apenas levemente superior à nossa.

O exemplo internacional usualmente citado para corroborar tal argumento é a China, onde uma taxa singularmente alta de poupança familiar é acompanhada por um Estado que historicamente proveu baixo nível de seguridade social, por causa do seu nível de desenvolvimento. Pesquisas recentes, entretanto, colocam em xeque essa explicação, ao notar que a taxa de poupança dos domicílios chineses quase dobrou nas últimas décadas, enquanto o sistema de seguridade social tem se expandido também rapidamente desde 2003. Certamente, naquele caso o alto nível de poupança é devido a características culturais daquele país, como a concorrência amorosa em uma sociedade com

alta proporção de homens na população e em que possuir riqueza é uma vantagem no mercado de casamentos.

Por outro lado, o artigo acerta ao apontar a desigualdade como um dos principais limitantes à poupança no Brasil. Mas devemos nos atentar ao modo como a desigualdade de renda brasileira afeta a composição da poupança nacional. Daqui deriva o título deste artigo: ao observar o efeito da desigualdade na taxa de poupança bruta do país, notamos que o problema não é que poucos "precisam" poupar no país, mas sim que poucos aqui têm renda suficiente para fazê-lo.

Nesse sentido, um primeiro ponto a se notar é que em um dos países mais desiguais do mundo,

como o nosso, a taxa de poupança da metade mais pobre da população (e, portanto, afetada pelas políticas sociais) pouco tem poder de alterar a taxa agregada da economia. Em um cenário em que os 40% mais pobres recebem apenas 9% da renda privada monetária, mesmo um significativo aumento de 10 pontos percentuais na sua taxa de poupança aumentaria a poupança geral das famílias em menos de 1 ponto percentual do PIB.

Ao contrário, o 1% mais rico no Brasil recebe 15% da renda total, e assim um aumento na sua taxa de poupança teria um efeito substancialmente maior na poupança agregada, ainda que representem 40 vezes menos brasileiros do que o grupo anterior.

Políticas que incentivem esse pequeno grupo a aumentar a sua taxa de poupança, portanto, terão

efeito substancialmente maior por indivíduo afetado que políticas que tentem aumentar a poupança da metade mais pobre da população, como a redução de benefícios sociais.

Realmente, ao discutir a baixa taxa de poupança no Brasil, a discussão correta a se fazer é por que os 10% mais ricos (que detêm metade da renda total brasileira) poupam tão pouco no país. Evidentemente, a resposta para essa questão não se encontra em políticas com corte de renda como o BPC e o PBF, assim como dificilmente se dão por outras políticas de **seguridade social**, como o seguro-desemprego ou o Serviço

Único de Saúde (já que essas pessoas pagam seguro privado).

A isso se soma o fato de que no mundo inteiro a taxa de poupança difere drasticamente por faixa de riqueza. Nos Estados Unidos, por exemplo, os 90% mais pobres em média não poupam, já os próximos 9% poupam um décimo da sua renda, e a grande maioria da poupança nacional vem dos 1% com maior riqueza, que chegam a poupar em média 30% do que recebem. Novamente, essas observações são ainda mais importantes em um dos 6 países com maior desigualdade de riqueza do mundo, como o nosso, em que esse pequeno grupo de 1% da população possui metade de toda a riqueza nacional.

Assim, entender de onde vem a poupança nacional é fundamental para podermos entender quais políticas públicas podem afetá-la. Se as políticas sociais dificilmente afetam a taxa bruta de poupança, pelo discutido acima, concordo com o articulista que oferecer seguro público para a proporção mais rica da população, o que é feito pelo RGPS, em bem menor escala, mas especialmente pelo Regime Próprio, cujo 73% do orçamento é destinado aos 10% mais ricos (que é quem poupa no Brasil e o mundo), pode sim ter efeito na nossa taxa de poupança.

Mas a evidência temporal e internacional aponta que, se queremos alterar drasticamente essa mazela, temos que procurar o vilão em outro lugar, talvez no próprio nível de desigualdade de renda.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188304>

Ativos locais têm dia de alívio; dólar cai 0,48%

**Gabriel Caldeira, Arthur Cagliari, Bruna Furlani e Maria
Fernanda Salinet De São Paulo**

O pregão de ontem foi marcado por um alívio parcial nos ativos domésticos, um dia após o estresse que se estabeleceu nos negócios locais devido à escalada nas tensões entre Brasil e Estados Unidos. Sem sinais evidentes de piora na relação dos países, agentes ajustaram posições, fazendo com que o dólar e os juros futuros recuassem, corrigindo o que parte do mercado local considerou como um exagero observado na sessão anterior.

O dólar caiu 0,48%, cotado a R\$ 5,4729, enquanto o Ibovespa terminou o dia em ligeira alta de 0,17%, aos 134.666 pontos.

Na terça-feira, os ativos domésticos reagiram de forma bastante negativa à decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, segundo a qual empresas brasileiras não poderiam se submeter a legislações estrangeiras sobre bloqueio de contas e bens sem homologação das autoridades locais. A leitura majoritária do mercado foi a de que houve uma tentativa de bloquear as sanções impostas pelos EUA por meio da Lei Magnitsky ao ministro Alexandre de Moraes, o que poderia gerar piora na relação entre os países.

Os investidores também permanecem atentos à eventual repercussão do tarifaço americano na corrida eleitoral do ano que vem. Para Marcelo Ferman, sócio e diretor de Ferman: **inflação** baixa ajuda governo investimentos (CIO) da Parcitas Investimentos, as últimas semanas foram mais positivas para o governo não só por conta da resposta do presidente Lula às medidas do presidente americano, Donald Trump, como também pela desaceleração relevante da **inflação**, em especial nos preços de alimentos.

"A foto é um tanto clara: a perspectiva de **inflação** mais baixa está ajudando muito o governo, e acho isso fundamental", diz Ferman, que não vê possibilidade de uma reaccleração relevante dos preços de alimentos e da **inflação** como um todo até as eleições presidenciais do ano que vem, a menos que o Brasil sofra algum choque.

"O Lula aumentou sua competitividade se comparado há alguns meses, e os preços dos ativos de alguma

forma refletem isso", diz.

No fim do dia, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento de janeiro de 2027 cedeu de 14,10% a 14,035% e a do DI de janeiro de 2029 teve forte baixa de 13,445% a 13,34%.

O diretor de tesouraria do Trave-lex Bank, Marcos Wcigt, diz que a piora recente na percepção de risco está relacionada não apenas à tensão entre EUA e Brasil, mas também a como ficam os bancos brasileiros. "É complicado para os bancos locais porque todos têm contas no exterior, principalmente nos grandes bancos americanos. Se isso escala mais, as consequências podem ser muito sérias. O sistema bancário nacional não vai mais fazer parte do sistema mundial." Wcigt afirma que há uma expectativa de que as tensões não escalem, e talvez isso tenha beneficiado os ativos no pregão de ontem, "lodo mundo espera que isso vá passar, mas o imponderável também pode acontecer." As ações de bancos exibiram alguma recuperação ontem, com destaque para as units do Santander, que subiram 2,08%. As ordinárias do Banco do Brasil avançaram 0,30%, enquanto as preferenciais do Bradesco tiveram ganho de 0,32%. As preferenciais do Itaú, por sua vez, subiram 0,06%.

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Impacto de ações contra fundações e autarquias é de R\$ 682 bilhões

O impacto fiscal estimado pela União para as ações contra fundações e autarquias, como o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), superou pela primeira vez o estimado para discussões tributárias. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, estão previstos R\$ 682,4 bilhões, incluindo o julgamento de R\$ 89 bilhões sobre aplicação do fator previdenciário, que o governo venceu nesta semana no Supremo Tribunal Federal (STF) e cujo valor foi atualizado pela Advocacia-Geral da União (AGU) para R\$ 130 bilhões. Ainda cabe recurso. A estimativa de impacto das ações judiciais de natureza tributária, em tramitação no STF e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), é de R\$ 649,2 bilhões. Página 1

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188304>

Rumo ao futuro - VISTO, LIDO E OUVIDO

CIRCE CUNHA

Nesta altura dos acontecimentos, não chega a ser segredo para ninguém que o Brasil caminha ao encontro de uma encruzilhada decisiva, onde terá que escolher figurar entre as nações do mundo com a maior carga tributária bruta, superior a 32% do **PIB**, ou virar totalmente as costas para a atual política econômica. Para um país do tipo emergente, como somos, temos uma carga tributária extremamente alta, vis a vis o retorno desses **impostos** em forma de serviços básicos para a população.

Na velocidade em que vamos distorcendo os primados da economia, como no caso da relação entre receitas e gastos, logo seremos um país a exibir a maior carga tributária do planeta. O problema aqui, além da insistência do governo em seguir gastando além das possibilidades reais do país, é que nossa nação adentrou em um processo perigoso e rápido de envelhecimento da população, numa transição demográfica mais veloz ainda, com pessoas vivendo mais tempo e com um pequeno número de crianças nascendo.

Essa defasagem é perigosa não só para o Brasil, mas para qualquer outra nação, pois esse desequilíbrio acaba por pressionar a Previdência e a saúde pública, que representam os dois gastos mais importantes e volumosos do governo. Para aqueles que conhecem esses cálculos a fundo, chama a atenção o fato de que cada 1% no nível de envelhecimento da população está associado diretamente a um aumento maior do que 1% na carga tributária. Trata-se de uma pressão para lá de preocupante. É o caso clássico do indivíduo que envelheceu antes de garantir seu sustento na velhice, quando sua força de trabalho diminui.

A carga tributária tende a ser mais elevada em países que envelheceram mais. E isso, no nosso caso, pode ser um desastre sem precedentes. Some-se ao envelhecimento da população o fato de que apresentamos também um elevado nível de desigualdade social e econômica. Postos juntos na balança, esses problemas estruturais se transformarão no maior desafio a ser enfrentado neste século e com sérias consequências para as futuras gerações. A grande questão, quando se pensa em equacionar toda essa aritmética enviesada do Estado, é que não se pode confiar cegamente nos dados fornecidos por qualquer instituto de pesquisa.

O que se sabe e se sente na pele é que a carga

tributária consome mais de um terço de toda a riqueza produzida e segue aumentando em ritmo veloz. Com isso, a dívida bruta já ultrapassa 76% do Produto Interno Bruto (**PIB**). A **inflação** mensal e anual é o que as donas de casa sentem ao irem ao mercado. Meio quilo de café a R\$ 40. Não bate com o que divulga o governo, como sendo 5,23% nos últimos 12 meses.

A taxa de fecundidade, em torno de 1,55 a 1,57 filho por mulher, está bem abaixo do nível de reposição, o que pode ser interpretado como um aviso de que os jovens não se sentem seguros com relação ao futuro, o que, naturalmente, faz cair a taxa de natalidade. Com cada vez menos pessoas contribuindo para a Previdência e com a população envelhecendo rapidamente, o Brasil tem, obrigatoriamente neste século, que resolver essa equação, sob pena de vermos a estagnação total do país a médio prazo.

Em algumas décadas, caso essa situação não se reverta, teremos mais idosos do que jovens, o que provocará a falência da Previdência tal qual a conhecemos, assim como do sistema de saúde pública. Para governos que têm como horizonte político apenas as próximas eleições, todo esse conjunto de problemas estruturais do país acabam sempre empurrados para um futuro distante.

Diante de um quadro tão complicado como o nosso, qualquer exercício de futurologia conduz-nos sempre ao pessimismo. Quer queira, quer não, toda a preparação para o futuro começa a ser feita ainda no passado, e isso é o que não temos feito. Projetos de Estado e de longo prazo não são levados a sério. Caso sigamos persistindo nessas condições, com crescimento fraco, **inflação** resiliente, Selic elevada por mais tempo, postergação de ajustes previdenciários/saúde, judicialização de despesas, desaceleração da execução da reforma e outros contratemplos, simplesmente não há que se falar em futuro para o país e para os brasileiros, pois o que temos em mãos é a velha e conhecida vanguarda do atraso.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/08/21/all.pdf>

Arefloresta completa 22 anos (Artigo)

Glauber Silveira

Criada em agosto de 2002, a Associação dos Reflorestadores de Mato Grosso (Arefloresta) nasceu com a missão de reunir produtores, indústrias e prestadores de serviços do setor florestal. No início dos anos 2000, o estado já contava com mais de 100 mil hectares de florestas plantadas, especialmente de teca, mas faltava organização e articulação política. Pioneiros, como Haroldo Klein e Fausto Takizawa, lideraram o movimento de união para fortalecer políticas públicas, abrir mercados e fomentar a sustentabilidade.

Ao longo de duas décadas, a entidade ampliou seu escopo de atuação, conectando produtores a empresas de assistência técnica, viveiros de mudas clonais e indústrias consumidoras de biomassa. Um marco para este setor foi a criação, em parceria com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), do plano de suprimento sustentável, que obriga grandes consumidores, como frigoríficos, cervejarias, lavanderias industriais, entre outros, a declararem oficialmente a origem da biomassa a ser usada no período de cinco anos.

De acordo com o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), o estado possui cerca de 129 mil hectares de eucalipto e 68 mil hectares de teca plantados. Com isso, Mato Grosso posiciona-se como o maior produtor de teca do Brasil.

Atualmente, Mato Grosso exporta madeira de reflorestamento para 61 países em cinco continentes, o que reforça a relevância econômica do setor de florestas plantadas. As exportações ampliam a presença do agronegócio estadual no exterior, geram empregos e movimentam a renda tanto no campo quanto nas cidades.

O estado também reúne condições únicas para o desenvolvimento florestal. O custo para plantar e manter um hectare de eucalipto durante um ciclo de seis anos varia de R\$ 16 mil a R\$ 20 mil, o que significa que um projeto de mil hectares exige investimentos próximos a R\$ 20 milhões. Por isso, o planejamento de mercado e a segurança jurídica são fundamentais para atrair novos investidores.

Os negócios a partir do reflorestamento são positivos também para os cofres públicos.

Somente em 2022, o setor de base florestal recolheu

R\$ 66,2 milhões em **impostos** para a Fazenda estadual.

Para os próximos anos, a Arefloresta planeja expandir sua base de associados, incluindo instituições financeiras e investidores internacionais, além de se consolidar como plataforma de créditos de carbono. Nosso foco também inclui a internacionalização da produção, o fortalecimento da cadeia de biomassa e o incentivo à adoção de tecnologias que aumentem a produtividade, reduzindo custos.

Nosso objetivo é transformar Mato Grosso em referência nacional e global de reflorestamento sustentável, com segurança jurídica, desenvolvimento econômico e respeito ambiental. Com 22 anos de história, a Arefloresta reafirma seu compromisso em conectar produtores a consumidores conscientes e preparar o estado para um futuro de crescimento verde.

Glauber Silveira é vice-presidente da Arefloresta, empresário do setor florestal

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>